

## A “reificação” na contemporaneidade – esboço introdutório de uma apreciação crítica

André Mayer<sup>1,2</sup>, andremayer@terra.com.br

1. Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG;
2. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

**RESUMO:** Este artigo refere-se ao fenômeno da “reificação” (coisificação). Abrir-se-á o artigo mostrando as contribuições dos autores Karl Marx e José Paulo Netto sobre o tema. Posteriormente far-se-á uma apreciação ao fenômeno da “reificação” no início do século XXI.

**Palavras-chave:** capital, reificação.

**RESUMEN:** La “reedificación” en la contemporaneidad – análisis introductoria de una visión crítica. Este artículo se refiere al fenómeno de la “reedificación”. Se abrirá el artículo mostrando las contribuciones de los autores Karl Marx y José Paulo Netto sobre el tema. Posteriormente se hará un análisis al fenómeno de la “reedificación” en el inicio del siglo XXI.

**Palabras-llave:** capital, reedificación.

**ABSTRACT:** The “reificação” in the contemporary – an introductory sketch of a critical appreciation.

This article refers to the phenomenon of the “reificação” (“coisificação”). The article will be opened up showing the contributions of Karl Marx and José Paulo Netto on the theme. Later an appreciation to the phenomenon of the “reificação” in the beginning of the 21th century will be done.

**Keywords:** capital, “reificação”.

## **I – Karl Marx – “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”**

Este ponto, “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, encontra-se presente no Capítulo I da Seção I do Livro Primeiro d’ O Capital (1983), no qual Marx, após realizar uma análise da célula da economia capitalista - a mercadoria (o processo de produção da mesma) - desenvolve e apresenta o fenômeno do fetichismo inerente à mercadoria.

Segundo Marx, “[...] a mercadoria [...] é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas [...] O caráter místico da mercadoria não provém do seu valor de uso” (1983, p.70). Para o autor, o caráter místico da mercadoria provém desta forma mesma do produto do trabalho humano, não mais produzido somente como valor para o uso necessário á sobrevivência humana, mas como valor para a troca mercantil, necessária para a sobrevivência do sistema de mercado.

O misterioso da forma mercadoria consiste [...] no fato de que ela reflete aos homens as características do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos [...]. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de relação entre coisas [...] para encontrar uma analogia temos que nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, autônomas, que mantém relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que por isso é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1983, p. 71).

Para Marx, na ordem do capital, com a consolidação da produção para o mercado, as relações sociais – a sociabilidade – acontecem neste espaço em que as pessoas (os produtores) entram em contato social sobre o manto protetor da “mão invisível”. Para aqueles que não têm capacidade de vender ou comprar mercadorias, a exclusão da “sociabilidade”, é certa! Miséria material e cultural!

Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados<sup>1</sup> só aparecem dentro dessa troca [...] os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (Idem).

Marx ainda observa que,

As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias [...] já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles já consideram como imutáveis, mas sobre o seu conteúdo. [...] É exatamente esta forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados (Idem, p. 73).

## **II – José Paulo Netto – “Fetichismo: teoria marxiana da positividade capitalista”**

Este ponto, “Fetichismo: teoria marxiana da positividade capitalista” encontra-se no livro de José Paulo Netto, intitulado “**Capitalismo e Reificação**” (1981). Começemos pela citação de Netto:

Enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual, como ocorre nos períodos de emergência e consolidação do capitalismo (capitalismo comercial e industrial-

1 Para Marx (1983), “Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentes uns dos outros”.

concorrencial), ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar minimamente a sua autonomia e o seu poder de decisão, onde lhe é acessível um âmbito de retotalização humana que compensa e reduz as mutilações e o prosaísmo da divisão social do trabalho, do automatismo que ela exige e impõe, etc. Na idade avançada do monopólio, a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a existência dos agentes sociais particulares - é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna *administrado*, um difuso terrorismo psico-social se destila de todos os poros da vida e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação de imaginário, a gratuidade do ócio, etc.) converte-se em limbos programáveis. [...] A osmose generalizada desta lógica institucionaliza até os 'mundos paralelos' - ela os instrumentaliza a todos, inclusive aqueles que se arrogam o projeto de um romântico escapismo. (NETTO, 1981, p. 81-82)

Para Netto, considerando a lógica do capital, este se apresenta enquanto uma possibilidade real e concreta de crescimento sócio-econômico para todos, mas possui um mecanismo interno estruturalmente excludente, mecanismo este, que não considera as necessidades fundamentais do ser social. Para conseguir tal façanha impinge um processo brutal de alienação à sociedade - através do fetichismo; um processo que não se localiza somente na esfera da produção, mas que permeia todas as relações sociais, através da "coisificação" dessas relações.

Netto define assim o processo da alienação:

[...] complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. [...] o processo pelo qual os sujeitos (os indivíduos, os agentes sociais particulares) se desapossam

de si e de sua atividade criadora na medida em que não conseguem captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo [...] (Idem, p. 74-75).

A novidade da sociedade burguesa constituída<sup>2</sup> é que ela instaura um novo processo de alienação – o fetichismo<sup>3</sup> – e que este redundam em “formas alienadas específicas”, as coisificadas (ou reificadas).

Segundo Netto, Marx consegue determinar a especificidade da alienação na sociedade burguesa constituída, a partir da análise na qual o fetichismo não está presente somente na produção mercantil, mas se reproduz em todas as relações sociais – “porque esta sociedade está inteiramente mercantilizada<sup>4</sup>”.

O fetichismo que Marx conceptualiza depois de 1857-1858 consiste precisamente nisto: *é através dele que os processos alienantes emergentes na sociedade burguesa constituída têm a peculiaridade de se concretizar em projeções substantivas objetuais – redundam na reificação das relações sociais. [...] é situar a reificação [coisificação] posta pelo fetichismo, como a estrutura específica da alienação que se engendra na sociedade burguesa constituída.* (Idem, p. 80).

O que ocorreu foi o processo de universalização da dinâmica própria ao modo de produção do capital, dinâmica esta que penetra as relações, não só de produção, mas também de reprodução social.<sup>5</sup>

- 2 “(...) assim entendidas as formações econômico-sociais embasadas no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido (NETTO, 1981, p. 75).
- 3 “Somente quando o produto do homem se aliena do seu produtor e aparece como um objeto independente dele é que pode surgir a situação mistificadora [do fetichismo]” (SCAFF (1967) *apud* NETTO, 1981, p. 75).
- 4 “Marx localiza na *forma* mesma do produto mercantil a fonte do mistério que o torna algo de estranho e alheio (*algo alienado*) aos agentes sociais particulares. A forma *mercadoria* não é apenas a célula econômica da sociedade burguesa: é também a matriz que contém e escamoteia a raiz dos processos alienantes que têm curso nesta sociedade” (NETTO, 1981, p. 78).
- 5 “Que a sociedade burguesa constituída se funda sobre a produção mercantil, eis o óbvio; mas não é igualmente óbvio que, inseridas as relações mercantis no âmbito de uma sociedade onde a universalização total da forma mercadoria vai muito além da sua materialidade palpável, muito além do circuito das trocas, envolvendo todos os “serviços” e todas as relações homem/homem no seu contexto vital, transforma-se estruturalmente o modo de emergência das relações sociais” (Idem, p. 84).

O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das *objetivações humanas*: elas coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de todo o intercâmbio humano. [...] O que se manifesta é a pura *positividade*<sup>6</sup>. Como Marx diria, o fetichismo acabado e o acabamento do fetichismo. (Idem, p. 85).

### III – A “reificação” na contemporaneidade

Este esboço introdutório toma como parâmetro um trecho das considerações apresentadas por Marx, em 1859, no “Prefácio” à obra **Para a crítica da economia política**. Trata-se do resultado geral inferido por Marx e que norteou seus estudos posteriores, após compreender que a anatomia da sociedade burguesa deveria ser investigada através da Economia Política.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro

6 “A positividade aparece, assim, como requisito para a manutenção funcional da sociedade burguesa constituída. Ela enquadra a totalidade das objetivações sociais reificadas numa equalização geral e fornece a pauta para o comportamento dos agentes sociais particulares. (...) A positividade surge, assim, como o padrão geral de emergência do ser social na sociedade burguesa constituída, como a estrutura global da reificação” (NETTO, 1981: 86-87).

das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grillhões. Sobrevêm então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca aparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe a tarefas que pode resolver [...], pois a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou pelo menos, são captadas no processo de seu devir [...] (MARX, 1982, p. 25-26).

Como ponto de partida, gostaria de retomar a seguinte conclusão: “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual”, segundo Marx (1982, p. 25). Esta conclusão marxiana fortalece e, penso eu, retira qualquer dúvida, sobre o pensamento de Marx, quanto ao fenômeno do fetichismo e sua relação intrínseca com a reificação.

Por isso, aos últimos [produtores] aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (MARX, 1983, p. 71).

Com a reificação o produto do trabalho humano aparece como se tivesse vida própria, autônoma. A reificação é exatamente a extensão da relação dos homens (coisa) através desta coisa (sujeito), à mercadoria, quando as possuem ou as querem adquirir ou vender no mercado. Os sujeitos passam a se orientar através da incorporação desta representação que eles fazem deste processo de produção de mercadorias na ordem do capital. Suas relações passam a ser relações coisificadas (reificadas), pois esta é a forma de sociabilidade imposta (conquistada) pelo sistema do capital.

O que Marx fez, em decorrência principalmente de trabalhar com a observação sobre o capitalismo de sua época (industrial), foi atentar mais para o fetichismo e a reificação na esfera da produção. Com o desenvolvimento da sociedade burguesa, o fetichismo da mercadoria ganha potência e a reificação avança sobre as relações sociais da sociedade, reproduzindo, logicamente, a relação alienada da esfera da produção, como suporte fundamental e intrínseco da manutenção do escamoteamento da exploração do trabalho pelo capital; da valorização do valor de troca (atender ao mercado), em detrimento da valorização do valor de uso (atender as necessidades humanas).

Aquela primeira conclusão marxiana acima (“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual”), confirma-se à cada dia no sistema do capital, ou seja, o processo de produção material da vida, no sistema em questão, da mercadoria e seu fetiche, condiciona a relação social determinante que os homens vão estabelecer, tanto quando trocam as mercadorias no mercado (de sujeitos passam a objeto), quanto através do processo de reificação, que se estende a esferas outras da vida política, social, artística e espiritual dos homens, portanto, relações mercantis - coisificadas. Ao contrário, como o homem conseguir reconhecimento da sociedade, que só valoriza quem “conquista espaços e dividendos” por meio desta relação.

Esta reflexão me remete a uma outra conclusão que Marx apresenta no texto de 1859:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm então uma época de revolução social (MARX, 1982, p. 25).

Na recente história da humanidade, existe uma contradição brutal entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção inerentes a este desenvolvimento. Os Grilhões “saltam e soltam os olhos!” Sem dúvida, o fenômeno da reificação na contemporaneidade, como disse Netto em relação a reificação no Capitalismo Tardio, tem dado um fôlego inimaginável ao “siste-

ma de controle do metabolismo social" - o capital - em especial à sua modalidade dominante - o capital financeiro<sup>7</sup>.

Segundo Chesnais (2001), em um mundo dominado pelas finanças, a vida social em quase todas suas determinações tende a sofrer as influências daquilo que Marx designa como a forma mais impetuosa de fetichismo. Com as finanças tem-se o "dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se por si mesmo, sem que nenhum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos" (CHESNAIS, 2001, p. 8). O triunfo do fetichismo financeiro provocou um salto do fetichismo inerente à mercadoria. A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde "a relação social dos produtores no conjunto do processo de trabalho" aparece mais uma vez e com força renovada, "como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos".

Para Mészáros (2000), vivemos uma crise estrutural do próprio *sistema do capital*<sup>8</sup>. Esta crise atinge o conjunto da humanidade, o que exige algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. Este *sistema orgânico, para o autor*, consiste na subordinação de todos os elementos da sociedade a si próprio e garante sua dominação como *produção generalizada de mercadorias*, em oposição (superação) às formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os seres humanos. O capital, como um sistema de controle do metabolismo social, pôde emergir e triunfar sobre seus ante-

7 Para Chesnais (2001), ao término de uma evolução de vinte anos são as instituições constitutivas do capital financeiro, possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo de investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado - os bancos, os investidores institucionais [companhias de seguro, fundos de aposentadoria por capitalização (fundos de pensão e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de clientes dispersos), os *Mutual Funds*, que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos; proprietários acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários.

8 Para Mészáros, "capital enquanto tal nada mais é que uma dinâmica, um modo e meio de mediação reprodutiva que a tudo abarca e domina (...). É um sistema claramente identificável de mediações o qual, nas suas formas adequadamente desenvolvidas, subordina estritamente todas as funções sócio-reprodutivas - das relações de gênero e de família às relações materiais de produção, e até mesmo a criação de obras de arte - à exigência absoluta de expansão do capital, isto é, da sua própria expansão contínua e reprodução enquanto um sistema sócio-metabólico de mediação" (MÉSZÁROS *apud* LESSA, 1998, p. 139).

cedentes históricos, abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às instituições dos “valores de uso” não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos, o imperativo fetichizado do “valor de troca” quantificável e sempre expansível<sup>9</sup>.

Para Teixeira (2000), o capital se impõe perante a sociedade como sujeito autônomo, sujeito em processo que é movimento autonomizado. Tendo a si próprio como limite, transforma o mundo em uma grande feira comercial, à medida que cria seus próprios mercados e os internaliza à sua lógica de reprodução. O capital encontrou espaços para revolucionar ainda mais as forças produtivas - mas, sem uma expansão horizontal dos mercados somente. Não significa somente criar novos mercados. O que importa agora é a racionalização dos mercados existentes; potencializar sua capacidade de realização, sem necessariamente implicar o crescimento de consumidores - nascimento e morte das mercadorias que não deixam vestígios na lembrança dos consumidores e produção de descartáveis. De acordo com Teixeira, o capitalismo contemporâneo é apreendido como uma nova forma de produção de mercadorias, na qual o capital tornou-se força social mais dominante do que nunca.

Como conseguir construir esta “revolução social” apregoada no “Prefácio”, se o processo de reificação domina a esfera da produção e reprodução social - desenvolvimento das forças produtivas X relações sociais de produção?

Vejamos um outro trecho conclusivo do “Prefácio” e que também nos dará subsídios para entender o processo de reificação no mundo atual.

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência [...] Uma formação social nunca aparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o

9 Para Mézáros (2000), é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação imposta pelo capital, sem superar o antagonismo estrutural destrutivo do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social. E isso só pode ser atingido, colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados. Hoje se tornou mais óbvio do que nunca que o alvo da transformação socialista não pode ser somente o capitalismo, se quiser um sucesso duradouro; deve ser o próprio sistema do capital.

lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade (MARX, 1982, p. 25).

As respostas a algumas perguntas contidas nestas conclusões de Marx podem nos esclarecer um pouco mais sobre o processo de reificação na contemporaneidade. A primeira delas, como é o ser social do homem de hoje? Se relaciona, determinadamente, na esfera da produção e em todos os âmbitos da vida social, através de relações mercantis - portanto, coisifica tudo - e sua ação está centrada na defesa do interesse próprio. Para compreender melhor estas afirmações, penso ser importante aprofundar um pouco mais sobre o significado de mercado, relações mercantis, sistema de mercado e a própria idéia de defesa do interesse próprio dentro do sistema do capital.

Segundo Coutinho, “a lógica capitalista se expressa, essencialmente, pela afirmação do mercado como forma suprema de regulação das relações sociais” (2000, p. 65). Compreender a dinâmica desta regulação é fundamental para entendermos o alcance vertiginoso das relações mercantis – do capital - sobre todas as esferas do cotidiano.

Segundo Camacho (1997), as origens do mercado, em seu sentido mais simples e elementar de lugar em que se trocam os bens econômicos, podem ser fixadas no próprio momento em que se começou a praticar a troca. Antes que existisse o mercado moderno - instituição “natural” capaz de regular-se por si mesma - já existia alguma especialização e divisão do trabalho pois, até na tribo mais primitiva, existia alguma divisão de funções e a necessidade de trocar os frutos do trabalho realizado.

Com o crescimento das cidades e das feiras, iniciou-se uma nova era de desenvolvimento comercial, pois os comerciantes passaram a servir de vínculo entre comunidades geograficamente distintas e entre culturas bem diferentes. O costume local não podia reger a prática dos intercâmbios internacionais e a prática do comércio começou a ser percebida como atividade independente e autônoma em relação à vida social. É o tempo em que os bens comercializados começam a ser vistos e valorizados como “valores de troca” e não como simples “valores de uso”. É também o tempo em que se generaliza o uso do dinheiro, impulsionado pela chegada dos metais preciosos - século XVI.

Existem diferenças fundamentais entre os mercados, que assumiram formas variadas ao longo da história, e o sistema de mercado<sup>10</sup>, que só conseguiu impor-se como tal em data bastante posterior a Adam Smith.

Segundo Assmann, o paradigma articulador do sistema de mercado é a defesa do interesse próprio. Este se originou num contexto histórico, cujos ingredientes impulsores são, de maneira geral: a transformação da cultura, da organização social e da produção da riqueza. Com as ideologias do progresso, “o entesourador de riquezas mortas torna-se um idiota obsoleto e começa a predominar o dinheiro ‘que trabalha’”. (1989, p. 142). A burguesia emergente

se apresenta como defensora de benefícios universais. O comerciante, desprezado como usurpador do que não lhe era devido, conquista maior legitimidade para suas ações, colocando um fim ao velho capítulo medieval do “preço justo” e o jogo do comércio passa a ser visto como sociabilidade amena.

Opções individuais e projetos coletivos sempre se relacionam dialeticamente e se constituem um problema verdadeiro. Mas preferiu-se apostar numa espécie de solução fácil. Não é necessário o esforço consciente para achar respostas dialéticas para essa relação, pois “um conjunto de mecanismos automáticos, inteiramente alheios à nossa consciência e intencionalidade – ‘leis da Providência Divina’ – solucionam o problema em nosso lugar.” (Idem, p. 147)

Na perspectiva econômica sobre a égide do mercado, a “racionalidade” se subjetiviza, sendo, basicamente, “racionalidade dos indivíduos” – atores da cena econômica – e se liga, diretamente, ao conceito de “liberdade econômica” e propriedade privada. É no âmbito desta “racionalidade” que ocorre a “santificação”. A “racionalidade” é composta ainda, pelo mecanismo da competitividade.

Para ele, o economista Adam Smith contribuiu com esta versão teológica, ao implantar e fixar, no cerne de uma concepção bem determinada de economia, o conceito de interesse próprio. Deve-se a Smith, a justificativa, especialmente econômica, da “busca desimpedida do interesse próprio individual”.

10 O sistema de mercado “(...) implica uma mudança de motivação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que sejam introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto que significa o simples termo ‘sistema de mercado’ (...) uma vez estabelecido, tem que se lhes permitir funcionar sem qualquer interferência externa. Os lucros não são mais garantidos e o mercador tem que auferir seus lucros no mercado. Os preços devem ter a liberdade de se auto regularem. É justamente esse sistema auto-regulável de mercados o que queremos dizer com economia de mercado” (POLANYI, 2000, p. 60). Segundo TROSTER e MOCHÓN, (1994, p. 46-58), o sistema de mercado é o conjunto de relações que caracterizam a organização econômica da sociedade capitalista. No sistema de mercado, existem dois tipos de agentes bem diferenciados: os compradores e os vendedores. “(...) o essencial de todo mercado é que os compradores e vendedores de qualquer bem ou serviço entram livremente em contato para comercializá-lo.” “O livre jogo da oferta e demanda é uma peça-chave no funcionamento de toda economia de mercado.” (...) A essência da economia de mercado é que nela tudo se converte em bens e serviços com um preço e sua oferta esta sujeita a mudança de preço”.

[...] quando todo indivíduo se esforça o mais que pode, não só para empregar seu capital na indústria interna, como também para que seu produto tenha o maior valor possível [...]. Na verdade, ele geralmente não pretende promover o interesse público [...] só está querendo promover seu próprio interesse e está, neste e em muitos outros casos, sendo levado por uma ‘mão invisível’ a promover um fim que não fazia parte de suas intenções. [...] cuidando do seu próprio interesse, o indivíduo, quase sempre, promove o interesse da sociedade mais eficientemente do que quando realmente deseja promovê-lo (SMITH *apud* HUNT, 1986, p. 81).

O interesse próprio passa por uma “libertação” radical. A partir da vinculação definitiva a um conceito bem determinado de “liberdade”, seu nome se limpa de todas as sujeiras – vícios privados, paixões individuais. Os novos nomes deste interesse próprio correm livremente: livre iniciativa (iniciativa de proprietários, guiados por seu interesse próprio, sem serem atrapalhados por ninguém); livre concorrência (competitividade desimpedida dos interesses próprios em interação); livre mercado; economia de livre iniciativa ou de livre mercado; etc. Não se estabelece *um* princípio, mas o princípio que, sozinho, se encarregará dos melhores benefícios para todos.

Segundo Assmann, aconteceu um reducionismo excludente:

[...] a redução da iniciativa econômica à *iniciativa privada* dos que já são proprietários, com a conseqüente obstrução da iniciativa econômica ou do acesso a ela, de todos os demais. Esta sinonímia perfeita entre iniciativa econômica e iniciativa privada, com a exclusão de quaisquer interferências provenientes de critérios sociais que ultrapassam o mero interesse privado de indivíduos, é o *núcleo duro do paradigma* instituído a partir da total identificação da liberdade com o interesse próprio. Houve uma redefinição total do sujeito humano e da sua liberdade (ASSMANN, 1989, p. 155).

O traçado do destino da humanidade caminha pelos meandros da ativação dos interesses próprios, sob a égide da dinâmica direcionadora e equilibradora dos mecanismos de mercado. A competição é vista como o mecanismo de controle e redirecionamento, no caso de haver desdobramentos indesejáveis do comportamento movido pelo interesse próprio (as imperfeições e os pecados se redimem no interior do próprio processo do mercado).

## IV – Considerações finais

Aparece a exclusão explícita de uma busca, coletivamente participada, das metas sociais prioritárias e uma anulação prática dos temas sociais mais candentes, mediante o dogma de que nos é impossível adquirir certeza e consciência acerca de objetivos deste tipo, devendo ser confiada a sua melhor efetivação à própria lógica dos mecanismos do mercado.<sup>11</sup>

E quanto aos “sujeitos coletivos”, quem são? Como se desenvolve o seu ser “ser social” na contemporaneidade? O surgimento dos “sujeitos coletivos” na contemporaneidade parece que “tende ao infinito”. Basta pensar nas inúmeras instituições que surgem a cada dia, nas mais diversas áreas, além de partidos e sindicatos de massas (que estão desaparecendo): ambiental, moradia, saúde, criança e adolescente, assistência social, portadores de deficiência, negros, homossexuais, idosos, mulheres, denominações religiosas, associações de moradores, educação, agrária, cultural, rede de voluntários, etc. Cada área desta se ramifica em dezenas de outras, em um processo fantástico de “socialização da política”. A “sociedade civil” jamais esteve tão saturada de “sujeitos coletivos”. Mas esta realidade “abundante” da existência dos vários “sujeitos coletivos” torna-se, de fato, fonte da dificuldade para uma construção de um processo de transformação estrutural.

O crescimento “geométrico” – e o ser social – desse “sujeito” tornou-se – enquanto tendência dominante – funcional ao modo de produção capitalista. Levando em consideração a relação “coisificada” – relação mercantilizada que estes sujeitos estabelecem entre si e com outras instituições, além do processo ideo-cultural a que estes são submetidos – incentivo à competitividade e à defesa do interesse próprio – o “ser social” desses “sujeitos”, está “embebecido” pela lógica do capital.

A “socialização da política” do capital proporcionou o surgimento de inúmeras instituições no seio da sociedade civil, mas que têm trabalhado de forma fragmentada, corporativa, adaptativa e funcional à lógica deste “sistema de controle do metabolismo social”. Esta questão põe em cheque a “autonomia relativa” desses “sujeitos”. As condições materiais de existência destes – precárias ou inexistentes – somadas ao processo ideo-cultural a que são submetidos transformam esta autonomia em “fumaça”. Conseguem sobreviver se se adaptarem à lógica do capital ou não questionarem tal lógica, portanto, incorporando-a.

11 No contexto de uma economia de mercado – sistema de mercado – “para promover o bem-estar, os melhores meios são o estímulo do próprio interesse e o desenvolvimento da concorrência” (TROSTER e MÓCHON, 1994, p. 58).

Isto significa que as alternativas apresentadas por esses “sujeitos”, não conseguem ultrapassar a “ordem vigente”. Ou seja, são proposições dentro do modelo e que reforçam as relações mercantis. Além disto, existem inúmeros “sujeitos” que fazem a opção clara e definida em defesa do modo de produção capitalista. É mais grave, penso eu, do que uma “revolução passiva”. Trata-se de uma “passividade legitimadora”. Trata-se de mais uma expressão concreta da influência do processo de reificação na contemporaneidade.

Após procurarmos respostas sobre o “ser social” dos homens em nossa sociedade (individualmente ou em grupo), podemos realizar a segunda pergunta às conclusões de Marx (“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”). Como está, portanto, esta consciência? Determinantemente reificada! Ávida em realizar relações mercantis que os elevem à condição de proprietários e consigam reconhecimento na sociedade. A aspiração de melhoria de vida focaliza-se dentro do sistema do capital. A reificação tomou tamanho lugar nas relações sociais que o sonho (fetiche) é tão bom, que não se almeja mais outro sistema de controle do metabolismo social, que não seja este em que vivemos.

O Capital se mantém, mesmo com todas as suas contradições (hoje em estado de barbárie), porque a reificação na contemporaneidade, ganhou – conquistou – como jamais na história, a consciência dos homens para este sistema. Portanto, uma reificação que fortalece (e ao mesmo tempo é expressão) do fetichismo da mercadoria; que se baseia e se fortalece através da defesa das relações mercantis dentro do sistema de mercado; que fortalece e se baseia na defesa do interesse próprio; que fortalece e se baseia também, ao escamotear o real, apresentando este sistema, “este sonho” como uma possibilidade concreta para todos, e o que é mais importante, estes “todos” estão loucos para crescer e serem reconhecidos dentro deste sistema; e a reificação, permite cada vez menos que os homens conheçam de fato a realidade em que eles vivem e a que os espera, a continuar este caminho de destruição do ser social – homem e mulher – e do meio em que eles vivem.

Estas considerações trazem enormes dificuldades, de proporções incalculáveis, para aqueles que lutam por um outro modelo de sociedade. Como construir “novas relações de produção mais adiantadas”, se o processo de reificação (quase irreversível?) em que vivemos, impede que as “condições materiais de existência” possam ser geradas no seio mesmo desta velha sociedade do capital?

Gostaria de terminar este esboço, recuperando algumas conclusões iniciais a que cheguei quando da formulação de um outro texto – **Crítica ao reformismo revolucionário** (UFRJ/2000). Apontei dois caminhos para a sociedade que me parecem estar mais próximos, do que a construção de “novas relações sociais de produção”, devido as “condições materiais, culturais e espirituais desta sociedade estarem reificadas”. Primeiro, o caminho de “patinar” dentro do modelo, por força da metamorfose adaptativa do Capital – a reificação

operando como jamais na história. A estrutura por onde se destila a “coisificação”, é tão bem construída, que o capital é capaz de socializar os sonhos de uma vida melhor (dentro da lógica da compra e venda de mercadorias) e privatizar as condições materiais para alcançar tal sonho (e outros fora da lógica da compra e venda da mercadoria) e o “ser social” não perceber que tal processo leva à sua morte. Trata-se de uma “barbárie administrável”. E o capital o faz com uma competência sem precedentes. Trata-se de um “genocídio a conta-gotas”.

A exclusão no sistema de mercado se tornou a exclusão fundamental. Se o “ser social” não possuir capacidade de compra ou de venda fica excluído de tudo, pois tudo virou mercadoria. Com a metamorfose nas forças produtivas e, conseqüentemente no mundo do trabalho, uma “massa sobrando” de pessoas não tem mais utilidade para o sistema de mercado – para o capital.

Esta questão me remete ao segundo caminho que pode estar mais próximo de ser trilhado pela humanidade. O aprofundamento da barbárie em que vivemos, com o conseqüente e deliberado genocídio desta grande “massa sobrando” que não serve mais ao sistema de mercado. Trata-se de um “genocídio aberto e franco”.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Capacitação em serviço social e política social : crise contemporânea, questão social**. Brasília: CEAD, 1999.

ASSMAM, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. A idolatria do mercado. In: **Ensaio sobre Economia e Teologia**. São Paulo: Vozes, 1989.

CAMACHO, Francisco G. O mercado : história e antropologia de uma instituição socioeconômica. **Concilium/270**. Petrópolis: Vozes, 1997/2.

CHESNAIS, François. Mundialização : o capital financeiro no comando. In: **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n. 5 out. 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a corrente. In: **Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

LESSA, Sergio. Beyond capital: estado e capital. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 56**, São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. Prefácio. In: Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. **O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. ( Os economistas)

\_\_\_\_\_. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. In: **O capital : crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo, n. 4, out. 2000.

NETTO, José Paulo. Fetichismo : teoria marxiana da positividade capitalista. In: NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TEIXEIRA, Francisco J. Soares. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. In: **Crítica Marxista**, n. 10, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

TROSTER, Roberto L.; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1994.